Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 10817/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/11450/2014
PROTOCOLO	:	1521553
ÓRGÃO	:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO
ORDEN. DE DESPESAS	:	CLEBER COLLEONE
CARGO DO ORDENADOR	:	SECRETÁRIO DE SAÚDE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031/2014
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADA	:	ADRIANE MARQUES FERNANDES – ME.
PROCED. LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE
VALOR DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 36.990,00

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre o Contrato Administrativo n.º 031/2014, formalizado pelo ***Fundo Municipal de Saúde de Ladário*** e ***Adriane marques Fernandes - ME***, objetivando a aquisição de equipamentos de ginástica para academia ao ar livre, com valor contratual no montante de R$ 36.990,00 (trinta e seis mil novecentos e noventa e nove reais).

Insta salientar que o procedimento licitatório Pregão Presencial n.º 022/2014 e a formalização do Contrato Administrativo n.º 031/2014, foram julgados como regulares e legais, conforme Decisão Singular DSG-G.MJMS-2094/2015 (pp. 177/179).

Nesta fase processual objetiva-se analisar a regularidade da execução financeira da reportada contratação pública (3ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria emitiu às pp. 206/209 sua Análise, ANA – 6ICE –

23221/2015, opinando pela ***regularidade*** e ***legalidade*** da execução do Contrato Administrativo n.º 031/2014.

Por sua vez, o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer PAR-MPC – GAB.3 DR.JAC/SUBSTITUTO – 13044/2016, concluiu pela ***legalidade*** e ***regularidade*** da execução financeira e prestação de contas.

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.

Conforme se depreende, a presente decisão recai sobre a **regularidade** da execução financeira do Contrato Administrativo n.º 031/2014 (3ª fase).

Constata-se assim, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa à execução financeira.

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

VALOR DO CONTRATO	R$	36.990,00
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO EMITIDAS	R$	43.980,00
TOTAL DE ANULAÇÃO DE NOTAS DE EMPENHO	R$	6.990,00
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO VÁLIDAS	R$	36.990,00
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDO	R$	36.990,00
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	36.990,00

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo

artigo 10, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** da execução financeira do Contrato Administrativo n.º 031/2014 **(3ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso III, também da Resolução Normativa n.º 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 30 de novembro de 2016.

Cons. MARISA SERRANO

RELATORA

Mat